

# TRABALHO, SABERES E RESISTÊNCIA DAS MULHERES PARAIBANAS EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

*WORK, KNOWLEDGE AND RESISTANCE OF PARAIBANAS WOMEN  
IN SOLIDARY ECONOMIC ENTERPRISES*

Rejane Gomes Carvalho<sup>1</sup>

Jaciara Gomes Raposo Figueiredo<sup>2</sup>

Alana Sato<sup>3</sup>

Edson Geraldo Nascimento da Paz<sup>4</sup>

Emerson Ferreira da Silva<sup>5</sup>

Laura Virginia Ferreira Soares<sup>6</sup>

Raynnara Laurentino Rodrigues<sup>7</sup>

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar e visibilizar os empreendimentos econômicos solidários autogerenciados por mulheres no estado da Paraíba, como atividades produtivas desenvolvidas a partir do modo de vida e das experiências das mulheres, também compreendidas como estratégias de sobrevivência. A partir da seleção dos grupos ativos de mulheres, foi realizada pesquisa de campo buscando identificar seu perfil, o tipo de atividade, as estratégias de comercialização e as dificuldades no período da pandemia de Covid-19, entre outros aspectos. As atividades desenvolvidas pelas mulheres estão concentradas notadamente no artesanato, na agricultura familiar e na produção de alimentos, com a comercialização dos produtos em feiras fixas ou itinerantes. A autogestão dos empreendimentos e a limitação de recursos financeiros foram destacadas como as principais dificuldades para a manutenção dos grupos. As mulheres na economia solidária têm papel importante na construção da sociabilidade e transmissão de saberes em suas comunidades.

**Palavras-chave:** Economia solidária, autogestão, mulheres, trabalho.

## RESUMO

This paper aims to analyse and make visible the solidarity economic small enterprises self-managed by women in the state of Paraíba, as productive activities developed from the way of life and experiences of women, also understood as survival strategies. From the selection of active women's groups, field research was carried out seeking to identify the profile of women, the type of activity, the commercialization strategies and difficulties in the period of the Covid-19 pandemic, among other aspects. The activities developed by women are concentrated notably in handicrafts, family agriculture and food production, with the commercialization of products in fixed or itinerant fairs. The self-management of the small enterprises and the limitation of financial resources were highlighted as the main difficulties for the maintenance of the groups. Women in the solidarity economy play an important role in building sociability and transmitting knowledge in their communities.

**Keywords:** Solidarity economy, self-management, women, work.

J54 Producer Cooperatives. Labor Managed Firms

P13 Cooperative Enterprises

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do Departamento de Economia – CCSA/UFPB.

<sup>2</sup> Professora mestre do ensino superior e integrante da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES/UFPB.

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Ciências Econômicas - CCSA/UFPB.

<sup>4</sup> Graduando do curso de Ciências Econômicas - CCSA/UFPB.

<sup>5</sup> Economista - CCSA/UFPB.

<sup>6</sup> Graduanda do curso de Ciências Econômicas - CCSA/UFPB.

<sup>7</sup> Economista - CCSA/UFPB.

## 1. INTRODUÇÃO

As atividades econômicas gerenciadas por mulheres se configuram como iniciativas individuais e coletivas, estimuladas pela necessidade de buscar alternativas de ocupação e renda. As mulheres sempre procuraram manter diferentes formas de trabalho como mecanismo de sobrevivência no meio rural e urbano, embora nem todas as ocupações sejam reconhecidas como atividades produtivas e geradoras de valor. O fortalecimento e desenvolvimento de atividades alternativas de geração de emprego e renda, a partir das potencialidades produtivas locais, pode ser reconhecido como possibilidade viável e sustentável diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho em ocupações na economia formal. Contudo, faz-se necessário compreender os desafios enfrentados pelas mulheres para a manutenção das atividades como possibilidade de autonomia financeira, mas também como expressão da identidade cultural.

A diferença existente nas condições de trabalho entre homens e mulheres ainda é marcante, sendo necessário o reconhecimento social do valor do trabalho feminino e sua contribuição para a geração de riqueza (DIEESE, 2017). Desse modo, ao se ponderar as fragilidades do mercado de trabalho quanto à perspectiva de gênero, torna-se necessário repensar o desenvolvimento socioeconômico local em bases sustentáveis, privilegiando melhores condições de trabalho para as mulheres e mais qualidade de vida.

Nas últimas décadas, tem sido notória a participação feminina na força de trabalho ativa. Mas as condições de inserção no mercado de trabalho não se mostram justas, já que as mulheres assumem majoritariamente as responsabilidades com o trabalho doméstico e com a criação dos filhos (HIRATA, 2015). Para encontrar outras estratégias de sobrevivência, algumas são forçadas a buscar maior flexibilidade em jornadas de trabalho parciais fora de casa, sujeitando-se a rendimentos mais baixos em trabalhos informais e precários. Como alternativa, a economia solidária se mostra uma forma possível de obtenção de rendimento para a família, permitindo conciliar as atividades domésticas e de cuidados com as funções do trabalho produtivo.

A economia solidária envolve atividades de produção, serviços e comércio, muitas vezes realizadas sem orientação técnica e estratégias de comercialização. Por isso, faz-se necessário o estímulo às ações e políticas públicas que promovam uma rede de apoio e assessoramento das atividades, principalmente quando se trata de empreendimentos em comunidades com maior nível de vulnerabilidade socioeconômica (SILVA, 2020).

O estado da Paraíba possui 223 municípios e tem o quarto menor PIB entre os nove estados nordestinos, exibindo pouca expressão econômica e frágil capacidade de geração de ocupações produtivas e de renda, com 0,9% de participação na economia nacional e 6,5% na economia nordestina, considerando o ano de 2019. Em 2021, registrou rendimento médio de R\$ 876,00, ponderados todos os tipos de ocupações. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,658 em 2010, correspondendo à 23ª posição no país (IBGE, 2022). O modelo econômico conservador adotado tem sido insuficiente para atenuar o déficit social e promover o desenvolvimento local, de modo a lograr mais qualidade de vida para a grande parcela da população desfavorecida. A concentração da pobreza, níveis insatisfatórios de educação e formação profissional, questões de gênero, déficit na saúde e as instáveis oportunidades de emprego são problemas que podem ser enfrentados a partir de ações inovadoras que aproveitem as potencialidades locais. Neste sentido, é relevante acompanhar e compreender como tem se dado o envolvimento das mulheres paraibananas no desenvolvimento de atividades produtivas nos diversos setores, especialmente na economia solidária, em que a integração das mulheres vem crescendo, tendo em vista que se configura como uma alternativa para geração de renda e garantia de uma vida digna.

Este artigo tem o objetivo de analisar e visibilizar a forma de organização dos empreendimentos econômicos solidários autogerenciados por mulheres no estado da Paraíba,

como atividades produtivas desenvolvidas a partir do modo de vida e das experiências das mulheres, também compreendidas como estratégias de sobrevivência e resistência em meio ao modelo de produção hegemônico. Tais atividades se dividem em diversos segmentos, como artesanato, agricultura familiar e preparação de alimentos, desenvolvidos por meio de empreendimentos econômicos solidários. Estes se apresentam como oportunidades de inserção econômica com importante capacidade de geração de renda e ocupação para a economia local.

Na seção seguinte, apresenta-se o tema da economia solidária e o histórico das principais ações de políticas públicas do governo no estado da Paraíba definidas como apoio aos empreendimentos econômicos solidários. Posteriormente, analisam-se os resultados da pesquisa de campo realizada com os empreendimentos de mulheres, com destaque para o perfil dos negócios e das participantes, e questões relacionadas à organização da produção, comercialização, assessoria e financiamento. Por fim, apresentam-se algumas reflexões sobre os benefícios e desafios para as atividades produtivas realizadas pelas mulheres. Além disso, faz-se referência às dificuldades enfrentadas pelos diversos grupos de mulheres para manter as atividades no contexto da economia solidária e durante a pandemia de Covid-19.

## **2. POLÍTICA PÚBLICA DE ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA**

A economia social e solidária é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como importante alternativa de geração de trabalho e renda e possibilidade de inclusão social pelo trabalho. Ao longo do século XX, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconheceu, por meio de convenções e recomendações, a importância da formação de cooperativas e seu papel para o desenvolvimento econômico e social (MEGLIO e CICCARELLI, 2018). Ademais, a economia social e solidária apresenta transversalidade com a prática do trabalho decente, pauta defendida pela OIT. Na Recomendação nº 193/1998 desta organização, os governos são orientados “a adotar medidas de apoio às atividades das cooperativas, tais como: benefícios fiscais; empréstimos; subsídios; acesso a programas de obras públicas; e, disposições especiais de licitação” (MORAIS, 2021, p. 192).

Na 59ª Reunião da OIT, realizada em 2021, foi produzido um importante documento no qual se destaca que a economia social e solidária constitui “outro modelo alternativo de crescimento, que visa encontrar um novo equilíbrio entre eficiência econômica e resiliência socioambiental” (MORAIS, 2021, p. 195).

Em função das consequências da pandemia de Covid-19 no mundo do trabalho, uma agenda global sobre a economia social e solidária vem sendo construída, especialmente no tocante ao reconhecimento da presença das mulheres nas atividades produtivas e em sua capacidade de influenciar as sociabilidades nas economias locais.

Diversos estudos vêm sendo realizados a partir das experiências de participação das mulheres na economia social e solidária em países ibero-americanos (SERVÓS, MENDOZA, ROSANDISKI e RODRÍGUEZ, 2021). Destaca-se o protagonismo das mulheres, muitas delas na posição de chefes de família, que precisam administrar o tempo do trabalho com as tarefas da vida doméstica e dos cuidados com os filhos com outras atividades que lhes possam garantir formas de sobrevivência com o trabalho pago, seja em atividades formais ou informais. Apesar das particularidades históricas e culturais que influenciam no desenvolvimento da vida produtiva e reprodutiva dessas mulheres em cada país, um aspecto comum entre elas é a capacidade de criar redes de apoio que podem ser fortalecidas por meio das experiências desenvolvidas nas atividades da economia solidária, muitas vezes invisibilizadas e carentes de reconhecimento social. Neste sentido,

Visibilizar tiene que ver con reconocer, destacando las particularidades de ese reconocimiento: su contexto, tensiones y posibles formas de proceder que terminan imprimiendo a las organizaciones de un carácter inclusivo, plural y que orienta temáticas como la economía del cuidado a sus preocupaciones productivas y del quehacer cotidiano (SERVÓS, MENDOZA, ROSANDISKI e RODRÍGUEZ, 2021, p. 18).

É importante reconhecer que as atividades desenvolvidas em torno da economia social e solidária podem se constituir como alternativas para o enfrentamento e diminuição da pobreza e das desigualdades. De todo modo, os empreendimentos de economia solidária (EES) precisam do apoio de políticas públicas para garantir acesso a crédito, comercialização e formação técnica na gestão das atividades. Assim, é imprescindível a presença de mulheres na militância para assegurar a participação democrática nos espaços de poder, podendo interferir nas ações de políticas públicas que enfrentem os desafios que envolvem o trabalho de produção e reprodução (SERVÓS, MENDOZA, ROSANDISKI e RODRÍGUEZ, 2021).

No Brasil, a abordagem conceitual em torno do tema “economia solidária” surge no final do século XX. Uma das maiores referências para a consolidação desse conceito foi Paul Singer, responsável pela defesa da economia solidária como política pública no enfrentamento do desemprego (SINGER e SOUZA, 2000). Da década de 2000 em diante, a economia solidária ganhou projeção discursiva e tornou-se campo multidisciplinar de pesquisas acadêmicas. Foi possível observar a intensificação do debate acerca das dificuldades da autogestão dos empreendimentos, as formas de participação dos trabalhadores e os desafios de incorporar a economia solidária nas políticas públicas de trabalho e renda (SILVA, 2020b; FRANÇA FILHO, 2014; GAIGER, 2008).

No campo da ação, há várias iniciativas em curso que atuam para o fortalecimento da economia solidária, desenvolvidas em universidades, como as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários (BENZAQUEN, CARNEIRO e FARIA, 2020), e em organismos da sociedade civil. A Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), criada em 2012<sup>8</sup>, apresenta-se com destaque pelo protagonismo das mulheres em um espaço aberto de construção de ações e estratégias coletivas orientadas para a integração dos EES e o fortalecimento das comunidades locais em vários estados brasileiros (ROSANDISKI, 2021). As redes de apoio são fundamentais para a integração dos empreendimentos e para disseminar na sociedade a importância do consumo dos produtos da economia solidária, o que contribui para estimular as cadeias de produção e comercialização, permitindo a sustentabilidade das atividades e mais qualidade de vida para as mulheres. Além disso, a RESF tem um papel político de fortalecimento das mulheres na gestão de ESS e na construção de ações coletivas que contemplem a inclusão social e produtiva das mulheres. Contudo, mais do que a busca pelo reconhecimento do valor monetário dos produtos, a organização das mulheres na economia solidária constitui movimento político necessário na luta pela visibilidade e por igualdade de gênero no trabalho que permita assegurar os direitos de cidadania (NOBRE, 2003).

As iniciativas de economia solidária buscam inclusão socioprodutiva em espaços rurais e urbanos. Em geral, envolvem atividades formais e informais, de produção, comercialização de bens, serviços, consumo, poupança e finanças solidárias, organizadas de forma coletiva por homens e mulheres. Estas experiências têm se difundido pela vontade comunitária a partir de estratégias próprias pautadas em princípios solidários e baseadas em relações de proximidade (GAIGER, 2008).

Os EES enfrentam desafios que lhes são impostos pelo mercado, e procuram superar fragilidades como a ausência de conhecimentos sobre mercado, formação de preço, técnicas

---

<sup>8</sup> Resultou de uma parceria entre a Guayí - Democracia, Participação e Solidariedade e SENAES/MT. Ver: <http://portal.resf.com.br/>

de melhoria do produto, gestão administrativa e financeira e dificuldades na comercialização, além de desafios institucionais (SILVA, 2020).

A sustentabilidade econômica desses empreendimentos requer ações que minimizem estas dificuldades. Neste sentido, a presença da gestão pública, das universidades e instituições de apoio à economia solidária têm grande relevância para fortalecer iniciativas de geração de renda a partir de uma política pública apropriada aos sujeitos envolvidos nas diversas atividades desenvolvidas. É imprescindível compreender as tensões existentes entre as formas tradicionais e modernas e procurar garantir a participação social dos diferentes sujeitos no processo de produção de riqueza (BENINI, FARIA, NOVAES e DAGNINO, 2011; PRAXEDES, 2009).

No âmbito da política pública, é importante destacar os avanços e conquistas na agenda governamental a partir da organização dos movimentos de economia solidária como fóruns e outros espaços de interlocução, que foram fortalecidos com a atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), criada em 2003. Entre outras ações, foi realizado o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, assistência técnica e ampliação dos espaços de participação nas políticas de economia solidária no âmbito do governo federal (SENAES, 2008).

A atuação da Senaes junto aos EES contemplou três eixos: acesso a conhecimento, acesso a mercado, acesso a crédito e financiamento. Propôs aos estados da federação um modelo de política pública que integra ações de apoio e desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária, com enfoque territorial, unindo Estado e sociedade na promoção da inclusão produtiva e superação da pobreza.

Em função das mudanças políticas institucionais recentes, em 2019 ocorreu a extinção do Ministério do Trabalho, no início da gestão do governo Bolsonaro, o que provocou também a extinção da Senaes, por meio da MP nº 870, um enorme retrocesso nas conquistas históricas alcançadas para o reconhecimento da economia solidária como atividade produtiva e inclusiva. A secretaria passou a ocupar uma pasta no Ministério da Cidadania, integrando a chamada política de assistência social e de renda. Contudo, na prática, abandonou-se o caráter de política pública de fortalecimento da economia solidária, na medida em que as ações foram desintegradas das políticas de trabalho. As diferentes redes que envolvem os integrantes em todo o país foram fundamentais para manter vivo o princípio da economia solidária e a sobrevivência das atividades, o que reforça seu caráter de integração social (CASTILHO, 2020).

Os EES devem seguir princípios que estejam conectados com a noção de desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo. Compreendem-se os Empreendimentos Econômicos Solidários “como novos sujeitos de direito da Política Nacional de Economia Solidária”, de acordo com o documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária (2010).

O objetivo da política pública de economia solidária é fomentar o desenvolvimento local a partir da integração de ações de apoio aos empreendimentos solidários, com ampliação dos canais de participação e controle social e transversalidade de setores da ação governamental, com um conjunto de iniciativas definidas no Plano Plurianual 2012-2015 que contempla os eixos produção, comercialização, consumo solidário, financiamento, educação e autogestão e ambiente institucional.

A política pública de economia solidária é um processo de conquista social. O seu crescimento e sua expansão dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a economia solidária no Brasil, enquanto parte do movimento de democratização econômica e política da sociedade brasileira (PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 03).

Na Paraíba, pode-se destacar a institucionalização do Plano Estadual de Economia Solidária, fruto da III Conferência Estadual de Economia Solidária (Coees), em 2014, que reuniu os diversos segmentos do movimento de Economia Solidária e onde foram discutidos os aspectos a serem contemplados na política pública. Entre as principais demandas, buscou-se a definição de orçamento, a criação da lei estadual e do fundo estadual da economia solidária.

Em 2019, foi sancionada a Lei nº 11.499/19 (Lei Estadual de Economia Solidária) da Paraíba, que instituiu a política estadual e a criou um conselho estadual de economia solidária, fruto de muita discussão. A aprovação da referida lei foi considerada uma vitória para os EES.

De forma geral, a Política Estadual de Economia Solidária abrange eixos de ações voltados ao fomento da produção, comercialização e consumo, financiamento, acesso a conhecimentos, educação, formação e assessoramento dos EES. Tais eixos servem de base para a formulação e execução do plano estadual de economia solidária, que é conduzido pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes) e conta com a ajuda de alguns parceiros, como universidades e incubadoras de EES. Desde 2019, esta secretaria passou a ser denominada Secretaria Executiva de Economia Solidária (Sesol), em função de mudanças administrativas na política de economia solidária estadual.

De acordo com as informações oficiais divulgadas pelo governo do estado, a Sesol tem por missão promover a Política Pública de Economia Solidária no Estado da Paraíba. Esta secretaria desempenha ações que contemplam projetos, capacitação, feiras e eventos, implementação de equipamentos públicos (centro de comercialização e casas de economia solidária) e o acompanhamento do desenvolvimento de empreendimentos. Pode-se destacar o projeto Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária para o desenvolvimento local e territorial, visando a superação da extrema pobreza no estado da Paraíba, o fortalecimento das redes de empreendimentos solidários constituídos por catadores e catadoras que atuam com resíduos sólidos, o fortalecimento das redes de cooperação econômica solidárias, o apoio às iniciativas de finanças solidárias, realização de atividades de formação e qualificação social e profissional com alguns grupos e a expansão dos espaços de comercialização solidários com a realização de feiras e espaços estruturados (SESOL, 2021).

Na Paraíba, encontram-se instaladas quatro casas de economia solidária nos municípios de Sumé, Soledade, Pombal e Sapé. Existe, ainda, uma central de beneficiamento da agricultura familiar na cidade de Sapé e um Centro Público Estadual de Economia Solidária (EcoParaíba) em João Pessoa. Estes equipamentos configuram-se em espaços públicos multifuncionais, mantidos pela parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada, nos quais acontece comercialização, formação e capacitação, assessoria técnica, articulação social e política de grupos de EES (SESOL, 2021).

A realização de feiras itinerantes agroecológicas de economia solidária e de artesanato, muitas vezes de abrangência estadual, serve de apoio à comercialização dos produtos dos empreendimentos, incentiva a produção orgânica da agricultura familiar e valoriza o artesanato paraibano, dando visibilidade e gerando ocupação e renda para a comunidade.

Em virtude da pandemia de Covid-19 e da adoção das medidas de distanciamento social, o centro público (EcoParaíba) e as feiras tiveram uma pausa em suas atividades. Por outro lado, buscaram a interação com os consumidores por meio das redes sociais para minimizar as perdas que foram percebidas pelos EES. Aos poucos as atividades voltam ao curso normal, mas ainda se faz necessário mais tempo para que os EES consigam se reestruturar.

O desafio que se apresenta para a política pública local é alcançar todos os EES do estado e acompanhar uma maior parcela de empreendimentos por meio de assessoria técnica.

Segundo informações da Sesol, no estado da Paraíba estão mapeados aproximadamente 600 empreendimentos de economia solidária ativos, sendo que apenas 84 recebem apoio por meio de assessoria, formação e capacitação. A maioria localiza-se na zona da mata paraibana, o que pode justificar o grande número de empreendimentos ativos na capital do estado (SESOL, 2021).

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA DE CAMPO

Os EES podem estar organizados como associações, cooperativas e grupos informais, compreendendo atividades que vão da produção ao consumo, e envolvendo pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares. Para este trabalho, foram considerados apenas os grupos organizados e mantidos por mulheres no estado da Paraíba, tendo em vista sua representatividade na economia solidária.

Para identificar os EES ativos no estado da Paraíba, inicialmente foi realizado o levantamento dos empreendimentos na plataforma virtual da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol). As primeiras observações indicaram que a maior parte das atividades desempenhadas por homens e mulheres está concentrada na agricultura familiar (70%) e no artesanato (15%), com presença majoritariamente feminina em números absolutos. Quanto à forma de atuação, cerca de 46% dos empreendimentos são informais e produzem rendimentos instáveis (Atlas Digital da Economia Solidária – SENAES, 2013).

O tratamento mais detalhado dos dados secundários permitiu identificar os empreendimentos ativos e gerenciados por mulheres, com destaque para as atividades nas áreas de artesanato, produção de alimentos e serviços. Contudo, as informações obtidas mostraram-se insuficientes para a pesquisa, tendo em vista que muitos grupos de mulheres não estão registrados nos cadastros oficiais. Além disso, as informações carecem de atualização, pois alguns empreendimentos registrados já foram extintos e outros ainda não foram cadastrados desde o último Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado em 2013 pela Senaes. Desse modo, a pesquisa buscou outras fontes de informações a partir dos órgãos do governo do estado da Paraíba junto à Sesol. Os cadastros e relatórios oficiais produzidos sobre os EES no estado serviram de base para ampliar a pesquisa, sendo estabelecido contato direto com o Centro Público de Economia Solidária (EcoParaíba) e projetos de extensão desenvolvidos na UFPB que atuam no tema da economia solidária.

A partir da identificação dos empreendimentos, foi iniciada a fase dos contatos diretos com os grupos de mulheres. Constatou-se que alguns desses grupos não estavam em operação/ativos ou não responderam às investidas dos pesquisadores. De posse da seleção dos grupos em atividade, foi encaminhada a pesquisa de campo a partir de um questionário com 22 questões objetivas e abertas, direcionado aos grupos de mulheres empreendedoras. Com a aplicação do questionário, buscou-se identificar o histórico do empreendimento; o perfil das participantes, por idade e nível de instrução; setor e tipo de atividade; forma de organização dos empreendimentos, questões financeiras e gerenciais; rendimentos; possíveis impactos da pandemia de Covid-19; e, as perspectivas para a fase de reabertura das atividades.

A pesquisa de campo<sup>9</sup> foi realizada por meio da aplicação de questionário virtual, entre outubro e dezembro de 2021, sendo este o meio mais viável, tendo em vista muitos

---

<sup>9</sup> A pesquisa foi realizada no âmbito das ações do projeto de extensão “Mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários de mulheres na Paraíba”, aprovado no Edital PROEX/UFPB N° 01/2021 - FLUEX 2021, o qual contou com a colaboração e anuência das mulheres envolvidas nos diferentes grupos de economia solidária.

empreendimentos ainda não estarem em total funcionamento, mantendo restrições de contato presencial devido à pandemia de Covid-19. Foram identificados 48 empreendimentos com gestão predominantemente feminina. Com a colaboração de uma representante de cada grupo, obteve-se o total de 23 questionários respondidos, localizados em diferentes microrregiões e distribuídos em 15 municípios (João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Bayeux, Pitimbu, Pedras de Fogo, Congo, Logradouro, Santa Luzia, Alagoa Nova, São Sebastião do Umbuzeiro, Pombal, Monteiro, Cacimbinha e Zabelê).

A partir dos dados e das respostas subjetivas obtidas, na seção seguinte organizou-se a análise dos resultados em 4 partes: forma de atuação dos empreendimentos econômicos solidários, o perfil das mulheres que participam dos empreendimentos, organização e gestão e os benefícios alcançados e os desafios enfrentados pelas mulheres nos empreendimentos solidários na Paraíba.

## **4. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE MULHERES: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS PARA SUA EXISTÊNCIA**

### **4.1 Quem são e como atuam os EES de mulheres na Paraíba?**

Quanto ao segmento de atuação dos empreendimentos econômicos solidários na Paraíba, a partir das informações obtidas na pesquisa de campo, foram registradas diversas atividades concentradas no artesanato, produção de alimentos e comercialização de produtos da agricultura familiar. No entanto, pode-se perceber maior predominância das atividades voltadas ao artesanato, com mais de 85% dos empreendimentos. Os saberes manuais, repassados por diferentes gerações de mulheres, continuam servindo como elemento de socialização e possibilidade de obter algum recurso monetário com a comercialização dos produtos. Alguns grupos de mulheres artesãs utilizam matérias-primas naturais como couro, escama de peixe, argila, madeira, retalhos de tecido, linhas, fibras de sisal e de palhas do coqueiro e, ainda, materiais recicláveis. Esses recursos servem à confecção de peças de decoração, vestuário, bijou, utensílios domésticos, calçados, bolsas etc., peças exclusivas e sustentáveis para comercialização em feiras, pontos comerciais fixos e lojas virtuais.

Entre os grupos analisados, as mulheres rendeiras são as que se encontram em operação há mais tempo. Duas associações de rendeiras, localizadas no Cariri paraibano, têm mais de 30 anos de existência; outros 5 grupos têm entre 20 e 29 anos de existência, 9 empreendimentos têm entre 10 e 19 anos, e 7 foram criados há menos de 10 anos.

Quanto à composição, o maior número de mulheres encontra-se nas associações produtoras da renda renasçença, com mais de 100 participantes. Outros 5 empreendimentos reúnem entre 10 e 20 mulheres em cada grupo, e mais de 45% dos empreendimentos são formados com menos de 10 integrantes. Essa distribuição indica uma composição muito desigual entre os diferentes grupos, o que depende do tipo de atividade e dos artigos produzidos.

Identificar as justificativas que motivaram a criação e a manutenção dos empreendimentos solidários de mulheres é necessário também para compreender a lógica de sua reprodução. As motivações podem estar em torno de aspectos culturais e das estratégias de sobrevivência para atender às necessidades materiais. Em sua maioria, as mulheres entraram nos empreendimentos solidários por “necessidade”. Muitas mulheres afirmaram participar nos empreendimentos por “satisfação pessoal”, além de também poder conciliar o trabalho com o cuidado com os filhos, devido ao horário de trabalho ser mais flexível. Embora deva-se

reconhecer que a maioria integra os grupos de economia solidária pela necessidade de ter uma fonte de renda, há uma parte consideravelmente grande que ressalta a satisfação pessoal acima da necessidade – ou seja, são mulheres que encontram sentido e identidade no que fazem. Desse modo, mais do que produzir mercadoria, o trabalho também produz arte e sociabilidade.

De forma ilustrativa, ainda sobre os aspectos que influenciaram a presença das mulheres nos grupos, de acordo com as respostas, em mais de 90% dos empreendimentos econômicos solidários as mulheres ingressaram nas atividades por necessidade financeira. Por outro lado, cabe ressaltar que 61% dos empreendimentos responderam que a satisfação pessoal das mulheres em estarem envolvidas em uma atividade produtiva solidária também influenciou no ingresso e na permanência nos grupos. Para 22% dos EES, a possibilidade de conciliar o trabalho e o cuidado com os filhos influenciou o interesse das participantes. Além disso, para 17%, a flexibilidade de horário foi um fator fundamental.

Parte significativa dos EES estão localizados na mesorregião da mata paraibana, com 60% dos grupos respondentes. Esse dado pode ter relação com as ações da secretaria estadual de economia solidária e da presença das universidades,<sup>10</sup> por meio de projetos de extensão que servem de apoio e assessoria a diversos grupos. Além disso, o fato de a capital paraibana estar mais fortemente relacionada ao desenvolvimento do turismo faz com que os produtos da economia solidária, especialmente o artesanato, encontrem espaço de comercialização mais frequente. No caso dos grupos de produção da renda renascença, ocorre maior concentração no Cariri paraibano, embora parte da comercialização também seja realizada em feiras e eventos na capital do estado.

Quanto à forma de registro, nem todos os empreendimentos estão exercendo suas atividades de modo formalizado, aspecto que influencia no acesso a financiamentos e assessorias que contribuem para a manutenção das atividades, o que pode ser oportunizado por editais de políticas de incentivo governamentais, linhas de crédito e parcerias com o setor privado. Dos 23 empreendimentos pesquisados, cerca de 40% declararam estar na informalidade. Os demais estão organizados na forma de associações de artesãos, agricultores familiares e produção de alimentos em restaurante e comércio com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Quando questionados sobre a contribuição previdenciária, 56% dos empreendimentos pesquisados afirmaram que suas participantes não pagam e/ou não contribuem com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em contrapartida, 38% dos empreendimentos declararam que algumas das integrantes optaram por contribuir individualmente. Dos 23 grupos, somente 2 (dois) empreendimentos responderam que todas as mulheres contribuem para a previdência. Essa configuração expõe a fragilidade de muitas mulheres que participam das atividades da economia solidária e não têm acesso aos direitos do trabalho.

## **4.2 O perfil das mulheres envolvidas nos EES**

Os empreendimentos de economia solidária de mulheres na Paraíba são compostos por diferentes faixas etárias e desenvolvem suas atividades de forma autônoma. Contudo, a faixa predominante encontra-se nas mulheres de 36 a 60 anos. Esta frequência pode estar associada ao fato de que muitas delas passam a se dedicar mais às atividades produtivas após ter filhos e estes atingirem idade escolar ou adulta, permitindo às mães assumirem outras tarefas fora das

---

<sup>10</sup> Na UFPB, por exemplo, existe a Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes), criada em 2001. Está vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular – Nuplar/Prac/UFPB (INCUBES, 2021).

funções dos cuidados e da vida doméstica. Entre os empreendimentos entrevistados, 7 indicaram que suas participantes tinham idade entre 50 e 60 anos ou mais. Há menor predominância das mulheres na faixa etária de 18 a 25 anos. De acordo com o depoimento de algumas participantes, certas atividades parecem menos atrativas para as mulheres mais jovens, que buscam inserção profissional em outras ocupações.

Todos os empreendimentos analisados são formados por mulheres mães, com filhos pequenos ou adultos. A atividade produtiva realizada nesses empreendimentos constitui uma forma de buscar renda complementar para manter a família ou mesmo a principal fonte de renda. Nos grupos de mulheres que podem confeccionar produtos em casa, no contexto da economia solidária, os relatos confirmam uma forma de organização que permite conciliar a produção, a criação dos filhos e outras atividades da vida doméstica em jornadas de trabalho flexíveis.

Além da idade, buscou-se identificar o nível de escolaridade das mulheres. Constatou-se, a partir dos dados do questionário aplicado, que existe uma parcela pequena de mulheres que têm curso superior completo. Em sua maioria, as mulheres possuem ensino médio completo e incompleto. Além disso, há presença consideravelmente grande de mulheres com ensino fundamental incompleto. Nota-se que existe uma diversidade no grau de escolaridade das mulheres que compõem os empreendimentos solidários, sendo que o nível de instrução está concentrado no ensino médio.

### **4.3 Organização e gestão dos empreendimentos econômicos solidários**

Do ponto de vista das horas dedicadas ao trabalho em cada empreendimento, 16 grupos admitem trabalhar menos de 8 horas por dia; 5 trabalham mais de 8 horas por dia; e apenas 2 trabalham 8 horas por dia. Considerando os dados estatísticos, cerca de 70% está abaixo da carga horária regular de trabalho (8 horas por dia), 22% está acima desta carga horária e apenas 9% cumpre o horário regular. Nestes últimos casos, destacam-se os empreendimentos que apresentam maior organização no gerenciamento das atividades, como ocorre no caso da Ecolanches, que é assessorada pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes), sediada na UFPB. A predominância de uma jornada de trabalho mais flexível, menor que 8 horas diárias, expõe a necessidade de muitas mulheres buscarem compatibilizar as atribuições domésticas e familiares com outras atividades produtivas.

A formação e aperfeiçoamento técnico nos processos produtivos são fatores importantes para que os empreendimentos permaneçam ativos, ainda que se tratem de atividades artesanais e com saberes e subjetividades transmitidos entre as diferentes gerações. A produção e mercantilização de bens e serviços exige o desenvolvimento de noções de gestão financeira, processos e divisão do trabalho, aquisição de insumos, recursos humanos e comercialização e vendas, para alcançar êxito nas atividades desenvolvidas. Neste sentido, buscou-se identificar se as mulheres que participam dos empreendimentos realizaram algum tipo de curso de formação para exercerem suas atividades e funções. Cerca de 58% dos empreendimentos responderam SIM e 42% contestaram NÃO. Deve-se chamar atenção para o fato de que muitas artesãs e agricultoras que integram os grupos são beneficiadas pelo saber geracional, aprendem com a vivência familiar e cultural, sendo este aprendizado o que constitui a identidade de muitos artigos, como é o caso da renda renascença, louças de barro de mulheres quilombolas, peças entalhadas na madeira, no couro etc. A possível carência na formação desses grupos ocorre notadamente na gestão dos negócios e no processo de definição do valor comercial dos seus produtos, de modo a garantir-lhes condições de gerar renda adequada às suas necessidades. A noção de valor já é, em si, complexa para esses grupos de artesãs, tendo em vista que o valor também pode ter um conteúdo cultural, identitário, social e afetivo.

São diversos os impasses encontrados para reunir e criar grupos de mulheres voltados ao desenvolvimento de atividades produtivas na economia solidária. As dificuldades de ordem financeira, gestão e comercialização são recorrentes para esses empreendimentos. Mais da metade dos EES (54%) enfrentou desafios significativos para iniciar os trabalhos, principalmente devido à falta de recursos financeiros para investir. Nesse mesmo contexto, 33% também teve dificuldades para comercializar os produtos. Para 8%, a ausência de formação profissional foi outro fator que acentuou os desafios para iniciar as atividades.

Um destaque importante observado a partir da reação das respondentes foi a constatação de que a grande maioria dos empreendimentos, quase 70%, contou com o incentivo e a assessoria de instituições (universidades, Sebrae, ONG, sindicato etc.) para a criação e crescimento do negócio. Conforme as respostas obtidas, 30% obtiveram estímulo financeiro da esfera pública (municipal, estadual e/ou federal). Por outro lado, outra parte considerável dos EES não conseguiu nenhum apoio financeiro (22%) e nenhuma assessoria institucional (13%). Ademais, nenhum dos EES contou com estímulos financeiros do setor bancário oficial.

As informações coletadas com os EES indicaram que mais de 39% contou com o apoio e a assessoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Com efeito, 34% dos empreendimentos também foi auxiliado por instituições acadêmicas, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Este resultado indica uma presença relevante das universidades públicas no apoio e assessoria aos empreendimentos econômicos solidários no estado.

Outras instituições e órgãos públicos foram citados ao menos uma vez pelas respondentes, a saber: Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (Procase); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Cooperativa Paraibana de Empreendimentos Econômicos Solidários (Ecosol), Secretaria Executiva de Economia Solidária (Sesol), Cooperativa de Geração de Energia Distribuída (Coopsol), Governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado, e Prefeitura Municipal de Cunha.

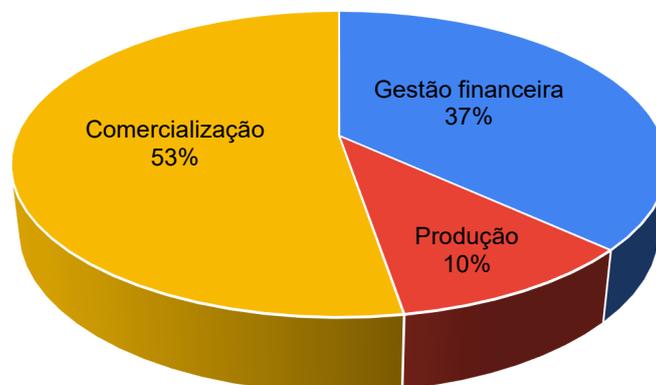
No tocante ao apoio de assessorias externas, cerca de 90% dos empreendimentos solidários que respondeu ao questionário admitiu carecer de alguma assessoria. Quando questionados sobre qual tipo de assessoria seria mais necessário, cerca de 53% declararam precisar de suporte na comercialização dos produtos e 37% na gestão financeira (Gráfico 1), evidenciando assim o desafio enfrentado pelos empreendimentos de economia solidária na autogestão e comercialização de seus produtos. Esse obstáculo para os EES tem diversos fatores associados, sendo possível indicar a carência de logística adequada para comercialização, a falta de capital de giro, formação nos preços dos produtos, regularidade no estoque dos produtos e no fornecimento, falta de modernização dos meios de pagamento, dificuldade em encontrar e manter a fidelidade dos clientes, entre outros fatores.

É importante levar ao cliente a consciência de que o consumo dos produtos da economia solidária pode contribuir com o crescimento da economia local e a manutenção de oportunidade de ocupação e renda. A visibilidade desses produtos nos mercados locais deve ser estimulada junto aos consumidores, criando laços de fidelização para garantir a comercialização dos produtos.

Outro desafio apontado por 33% dos empreendimentos foi a necessidade do suporte de uma assessoria para a gestão financeira dos negócios. Esse aspecto se mostra desafiador para grande parte desses empreendimentos, pois as ferramentas utilizadas exigem o domínio de tecnologias da informação, banco de dados, análise de processos de produção e conceitos contábeis, necessários ao gerenciamento das atividades econômicas. Considerando que a maioria dos grupos de empreendimentos da economia solidária é formada por pessoas com

baixo nível de instrução, a gestão financeira se torna uma dificuldade recorrente. No tocante aos processos produtivos, quase 10% dos empreendimentos destacaram a necessidade de suporte de assessoria econômica.

**GRÁFICO 1 - TIPO DE ASSESSORIA QUE OS EES NECESSITAM**



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2022.

Ao questionar os empreendimentos a respeito das formas de divulgação dos produtos para destiná-los à comercialização, 87% admitiu utilizar atualmente as redes sociais como principal recurso.<sup>11</sup> Com a suspensão das feiras livres e mercados de artesanato na fase mais aguda da pandemia de Covid-19, sendo estes os espaços tradicionais de comercialização de produtos da economia solidária, parte das vendas foi imediatamente inviabilizada, provocando a interrupção das atividades de alguns empreendimentos. Muitas das estratégias desenvolvidas durante a pandemia para manter um fluxo ativo na comercialização dos diversos produtos foram aperfeiçoadas e se tornaram canais permanentes de divulgação e aproximação entre produtores e consumidores da economia solidária. Plataformas virtuais e sociais como Instagram, Facebook e Whatsapp foram os mais utilizados, e permitiram ao consumidor um envolvimento maior com a realidade de pequenos produtores rurais, artesãos e comerciantes a partir de suas localidades.

As redes sociais tornaram-se importantes aliadas na divulgação de produtos desses empreendimentos com alcance nacional e internacional,<sup>12</sup> o que também indica a necessidade e adaptação desses sujeitos às novas tecnologias. Todavia, as feiras continuam sendo necessárias e estratégicas para a venda dos produtos originados nos empreendimentos solidários. Entre os grupos analisados, 17 empreendimentos apontaram as feiras de negócios como principal espaço de comercialização; os “estabelecimentos fixos” foram a principal escolha para 8 empreendimentos e a venda “direto com o consumidor” foi a opção selecionada por 9 empreendimentos.

#### **4.4 Benefícios e desafios para as mulheres nos empreendimentos solidários**

Ao investigar os possíveis benefícios para as mulheres participantes de EES, 67% respondeu “melhoria de vida para a família”. Neste quesito, foi registrada uma resposta

<sup>11</sup> Deve-se registrar que a pesquisa de campo foi realizada no quarto trimestre de 2021, período que ainda era possível perceber os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre as atividades presenciais dos empreendimentos, apesar das feiras e pontos fixos de comercialização dos produtos já encontrarem-se em funcionamento.

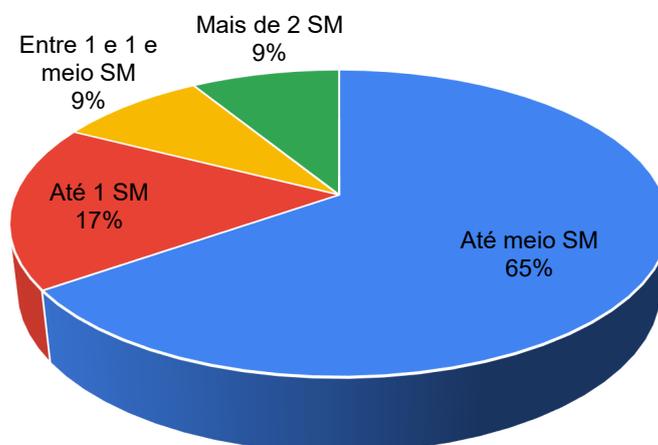
<sup>12</sup> No caso da renda renascerça, há circulação de diversas peças no mercado exterior. Outro caso é a produção de artigos de decoração e luminárias, produzidas com a fibra da palha do coqueiro pelo grupo Trançados de Pitimbu, com alcance em outros estados, a partir do trabalho de arquitetos e decoradores.

voluntária em que se utilizou o caso da filha de uma artesã, formada em arquitetura, como exemplo de sucesso. A possibilidade de proporcionar estudo aos filhos é reconhecida como um benefício proporcionado pelos ganhos monetários resultantes da participação no empreendimento solidário. As indicações de “satisfação pessoal”, “necessidade de ter um emprego” e “realização profissional” apareceram em 9 empreendimentos que responderam ao questionário. A “independência financeira” foi escolhida por 67% desses empreendimentos. Logo, é possível observar que os benefícios proporcionados pelos EES estão associados ao aumento da renda na família a partir da atividade produtiva dessas mulheres e a possibilidade de autonomia financeira.

Na busca por identificar as dificuldades para a expansão das atividades produtivas, 75% dos empreendimentos solidários femininos revelaram que o principal motivo é a falta de dinheiro para realizar novos investimentos. Outra dificuldade citada por 11 (onze) empreendimentos foi o “mercado desfavorável à produção e comercialização dos produtos” e a “falta de políticas públicas que fomentem a economia solidária”. Além desses fatores, os empreendimentos também declararam que para se expandir é necessária a presença de mais integrantes qualificados.

A sustentabilidade financeira constitui um grande desafio para a existência dos empreendimentos solidários, mas do ponto de vista da geração de renda para as mulheres há muito a se avançar. A renda média obtida pelas participantes de cada grupo ainda é baixa, comparada a outras atividades produtivas. Ponderando os 23 grupos pesquisados, 15 obtiveram renda média de até meio salário mínimo<sup>13</sup> e 4 com até um salário. Somente 2 empreendimentos conseguiram perceber recursos acima de dois salários (Gráfico 2). Os resultados indicam que os empreendimentos, além de reproduzirem dificuldades organizacionais e financeiras para manterem as atividades ativas, também produzem baixos rendimentos individuais para as mulheres envolvidas. Neste sentido, para muitas mulheres, as atividades produtivas em torno da economia solidária são sinônimo de resistência e só se justificam pela sociabilidade gerada e pelos valores culturais repassados por diferentes gerações de mulheres. Por outro lado, os poucos rendimentos proporcionados pela economia solidária são significativos para muitas, tendo em vista a ausência de outras fontes de ganho monetário.

**GRÁFICO 2 - RENDA MÉDIA GERADA POR PESSOA NOS EES**



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2022.

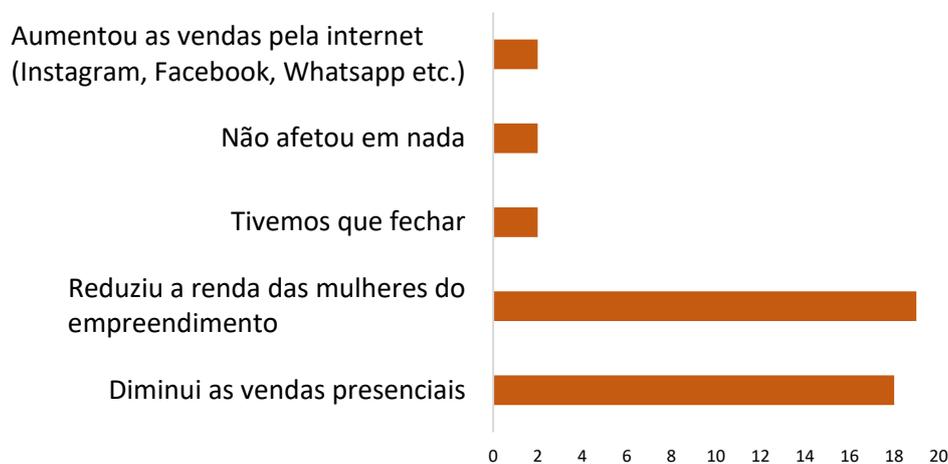
<sup>13</sup> Com referência no salário-mínimo de outubro de 2021, correspondente a R\$ 1.212,00.

Os grupos de mulheres reconhecem a existência de desafios para continuarem suas atividades, sendo necessárias ações permanentes e apoio institucional para enfrentá-los. Entre as ações sugeridas pela pesquisa<sup>14</sup> como necessárias para melhorar o desempenho dos empreendimentos, mais de 80% dos grupos responderam que o estímulo a eventos e feiras de artesanato é de grande importância para melhorar o desempenho financeiro, econômico e produtivo dos estabelecimentos solidários. Esses espaços permitem aos diferentes grupos empreendedores expor e comercializar mais facilmente seus produtos. Também foi mencionado que a oferta de cursos nas áreas de empreendedorismo, gestão e finanças seria fundamental, pois permitiria contribuir para o desenvolvimento econômico e financeiro dos empreendimentos solidários gerenciados pelas mulheres.

Como a pesquisa foi desenvolvida ainda na fase da pandemia de Covid-19, também foi motivo de interesse analisar como este fenômeno afetou os grupos de mulheres empreendedoras na economia solidária. De acordo com o Gráfico 3, foi possível perceber que a pandemia impactou radicalmente as atividades, considerando que seu principal efeito foi sobre a redução das vendas que, conseqüentemente, colaborou para a diminuição da renda das mulheres, notadamente aquelas que dependiam das atividades da economia solidária como fonte principal de renda.

Os empreendimentos solidários também sofreram enormes perdas com a diminuição das vendas presenciais. A pandemia foi responsável por paralisar diversas atividades produtivas e ocasionar o fechamento total ou parcial de vários estabelecimentos, resultado das medidas restritivas adotadas por estados e municípios como forma de controlar a disseminação do vírus no país.

### GRÁFICO 3 - A PANDEMIA DE COVID-19 AFETOU AS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO?



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2022.

Somente 2 (dois) empreendimentos contatados conseguiram aumentar suas vendas por meio da internet na fase da pandemia. Um deles atuante no segmento da agricultura familiar, a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais no município de Pitimbu; o outro foi um grupo de artesanato especializado na produção de peças decorativas com o beneficiamento da fibra da palha do coqueiro, Trançados de Pitimbu. Assim como mencionado anteriormente, muitas das integrantes dos empreendimentos entrevistados ainda não possuem conhecimento adequado das ferramentas virtuais para fins de comércio e, dessa forma, não foi possível

<sup>14</sup> Nessa questão era possível incluir respostas subjetivas.

divulgar e comercializar seus produtos virtualmente. Outro aspecto importante é o fato de que muitos produtos originários do artesanato dependem da circulação de turistas nos espaços de comercialização fixos e em feiras. Com a drástica diminuição do fluxo de pessoas, essas atividades sofreram impacto direto sobre as vendas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os EES se diferenciam de outros tipos de empreendimentos, notadamente por manterem princípios que valorizam o trabalho coletivo e o benefício compartilhado dos frutos desse trabalho entre os participantes. São atividades formais ou informais que expressam diferentes estratégias de sobrevivência, construídas pela forma de vida da comunidade e da família, que podem gerar produtos e serviços de modo a se estenderem ao mundo mercantil, permitindo ganhos monetários necessários para a aquisição de outros bens e serviços para sua manutenção. Mais do que trocas mercantis, a economia solidária permite a preservação de saberes, identidades culturais e familiares – além da socialização, que é fundamental para a criação e preservação das redes de apoio em comunidades mais carentes de recursos materiais.

Nesse sentido, os EES podem ser considerados como modelo alternativo de sobrevivência no âmbito das relações econômicas hegemônicas no capitalismo. Pessoas e grupos produtivos não contemplados pelo modelo formal das ocupações produtivas buscam naturalmente outras formas de interação social e sobrevivência, reproduzidas na família ou nas comunidades, nos espaços urbano e rural, podendo criar uma organização própria para produção e circulação de bens e serviços que lhes permita sobreviver, mesmo em condições informais e com renda incerta. Esta condição é o que também confere aos EES o caráter instável de fonte de sobrevivência e sustentabilidade das atividades.

A gestão financeira adequada, a comercialização e a rotatividade de pessoas nos grupos produtivos são algumas das fragilidades mais recorrentes encontradas nos EES de mulheres. Por isso, faz-se necessário o fortalecimento das políticas públicas de estímulo a esses empreendimentos, assim como a criação de grupos institucionais de apoio para assessorar e garantir a autonomia financeira das diversas atividades. Do mesmo modo, as dificuldades em manter um fluxo contínuo de produtos comercializados é uma das dificuldades mais citadas pelas participantes, pois se exigem estratégias sempre renovadas para manter os clientes cativos e atrair outros potenciais consumidores.

A manutenção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos EES, no âmbito da crise econômica e da dificuldade de geração de ocupação e renda, pode ser uma estratégia inteligente para estimular a economia local e cultivar ocupações produtivas e renda de forma mais qualitativa, tendo em vista que as atividades produtivas tradicionais na indústria e agricultura têm capacidade limitada de atração de novos investimentos e emprego diante da competitividade com regiões mais dinâmicas. Uma política capaz de integrar e articular a economia solidária com a indústria do turismo, de modo a valorizar os produtos do artesanato, da agricultura familiar e serviços no contexto da gastronomia com identidade local, ecoturismo rural e de aventura, entre outras potencialidades, pode garantir condições de reprodução da economia local de forma sustentável.

Para além do reconhecimento da autonomia econômica dos EES, no caso dos grupos liderados por mulheres, é notória a importância da identidade cultural e geracional dos grupos que resistem não só às dificuldades materiais e financeiras para se manterem, mas à invisibilidade que os processos de trabalho modernos impõem sobre as formas tradicionais de sobrevivência e de sociabilidade. O reconhecimento dos EES de mulheres como atividade produtiva representa

a resistência do trabalho feminino na vida reprodutiva e na produção, na luta para existir e ter o produto do seu trabalho reconhecido como valor. Mais do que o valor mercantil, trata-se de saberes, da identidade de um povo, de um lugar e de suas diferentes formas de expressão que demarcam a busca pela sobrevivência em suas diferentes dimensões.

## REFERÊNCIAS

Atlas Digital da Economia Solidária. SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas> Acesso em: 13 mai. 2021.

BENINI, E.; FARIA, M. S. de; NOVAES, H. T. e DAGNINO, R. (Orgs.). **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BENZAQUEN, J. F.; CARNEIRO, V. G.; FARIA, M. S. de. **As Incubadoras Universitárias de Economia Solidária Durante a Pandemia: relato de ações da Incubes/UFPB e da Incubacoop/UFRPE**. Mercado de Trabalho. Rio De Janeiro, v. 1, p. 139-148, 2020.

CASTLHO, M. L. Nota técnica: trajetória da economia solidária enquanto política pública no Brasil. **A Economia em Revista**, v. 28, n. 2, p. 117-119, maio/agosto 2020.

DIEESE. A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal lideradas por mulheres. Cadernos de Debates do Observatório da Economia Solidária e do Cooperativismo. São Paulo: DIEESE, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2017/economiaSolidaria2.html> Acesso em: Acesso em 08 jun. 2022.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). **Organizações & Sociedade**. v. 8, n. 20, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10566> Acesso em 08 ago. 2019.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía** - Volume II - Nº 3 - 2º semestre/ 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1145#:~:text=Resumen,microempresas%20e%20a%20agricultura%20familiar>. Acesso em 08 ago. 2019.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. São Paulo, Análise nº 7, 2015.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> Acesso em: 30 jun. 2022.

INCUBES – Incubadora de empreendimentos solidários. Disponível em: <https://www.incubesufpb.org/> Acesso em: 30 abr. 2022.

I Conferência Nacional de Economia Solidária. Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento. IPEA/Brasília, 26 a 29 de junho de 2006. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia\\_Solidaria/caderno\\_propostas\\_1\\_conferencia\\_economia\\_solidaria.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/caderno_propostas_1_conferencia_economia_solidaria.pdf) Obtido em: 25 abr. 2020.

II Conferência Nacional de Economia Solidária. “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. CONAES. Brasília, 2010. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia\\_Solidaria\\_II/deliberacoes\\_2\\_conferencia\\_economia\\_solidaria.p](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.p) Obtido em: 25 abr. 2020.

Lei nº 11.499/19 (Lei Estadual de Economia Solidária). A União. Diário Oficial do Estado da Paraíba nº 16992 de 09 de novembro de 2019.

MEGLIO, R. Di y CICCARELLI. L. (Orgs.). **La Economía Social y Solidaria y el Futuro del Trabajo**. Euricse. Documento de trabajo para la OIT. Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra: OIT, 2018.

MORAIS, L. P. **A Internacionalização da Economia Social e Solidária no Âmbito da Organização das Nações Unidas**: uma breve retrospectiva. Brasília: IPEA. Mercado de trabalho: conjuntura e análise, nº 72, out. 2021.

NOBRE, M. **Mulheres na economia solidária**. A Outra Economia. In: CATTANI, Antonio David (Org.). Porto Alegre: Veraz Editores. Unitrabalho, 2003.

PARAÍBA. Plano Plurianual (PPA) 2016- 2019 do Estado da Paraíba. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/ppa-2016-2019> Acesso em: 30 abr. 2022.

PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2015-2019. CONAES/MTE, 2015. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4DA189CA014E08B32F33104B/Plano%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf> Acesso em: 03 mai. 2022

PRAXEDES, S. **Políticas públicas de economia solidária**: novas práticas, novas metodologias. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br> Acesso em 13 ago. 2019.

ROSANDISKI, E. N. Protagonismo das mulheres na luta pela economia social e solidária no Brasil: o caso da Rede Feminista. In: SERVÓS, C. M., MENDOZA, M. del C. B., ROSANDISKI, E. N. e RODRÍGUEZ, J. F. A. (Orgs.). **Mujeres, cooperativismo y economía social y solidaria en iberoamérica**. Valencia. CIRIEC-España, Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa Avda. Los Naranjos · Facultad de Economía, 2021.

SERVÓS, C. M., MENDOZA, M. del C. B., ROSANDISKI, E. N. e RODRÍGUEZ, J. F. A. (Orgs.). **Mujeres, cooperativismo y economía social y solidaria en Iberoamérica**. Valencia. CIRIEC-España, Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa Avda. Los Naranjos Facultad de Economía, 2021.

SILVA, S. P. Dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. In: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020.

\_\_\_\_\_. O campo de pesquisa em economia solidária no brasil: Histórico, abordagens metodológicas e dimensões analíticas. In: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020b.

SEDH - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba. Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES). Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/programas/secretaria-executiva-de-economia-solidaria-sesol> Acesso em: 25 abr. 2022.

SEDH - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba. Plano Estadual de Economia Solidária. João Pessoa, 2016. Disponível em: [http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2017/08/plano\\_economia\\_solidaria\\_2017.pdf](http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2017/08/plano_economia_solidaria_2017.pdf). Acesso em: 30 abr. 2022.

SENAES/MTE. Políticas públicas de economia solidária: reflexões da rede de gestores. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, Recife: UFPE, 2008.

SESOL - Secretaria Executiva da Economia Solidária. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/programas/secretaria-executiva-de-economia-solidaria-sesol> Obtido em: 14 jun. 2021.

SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Orgs). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo, Contexto, 2003.

SINGER, P. e SOUZA, A R. (Orgs.) et alii. **A Economia Solidária no Brasil**: A Autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

Recebido em: 01/08/2022

Aceito para publicação em: 04/11/2022